

Editores

Breno Martins Campos
Ceci Maria Costa Baptista Mariani

Conflito de interesse

Não há conflito de interesses.

Recebido

29 nov. 2023

Aprovado

6 jun. 2024

Raízes da islamofobia e da arabofobia: uma interlocução socioteológica com as representações bíblicas de Abraão, Ágar e Ismael e suas repercussões na sociedade

Roots of islamophobia and arabophobia: a socio-theological dialogue between the biblical representations of Abraham, Hagar and Ishmael and their repercussions on society

Sálua Omais¹ , Manoel Antônio dos Santos² 

¹ Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Ribeirão Preto, SP, Brasil. Correspondência para: S. OMAIS. E-mail: <saluaoais@hotmail.com>.

² Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Como citar este artigo: Omais, S.; Santos, M. A. Raízes da islamofobia e da arabofobia: uma interlocução socioteológica com as representações bíblicas de Abraão, Ágar e Ismael e suas repercussões na sociedade. *Reflexão*, v. 49, e2410493, 2024. <https://doi.org/10.24220/2447-6803v49a2024e10493>

Resumo

Embora componha o grupo das religiões abraâmicas, a nítida exclusão e deslegitimação de raízes ancestrais do Islã acabaram impactando a relação entre judeus, cristãos e muçulmanos. Este estudo apresenta uma análise teórico-reflexiva sobre as histórias bíblicas tradicionais de Abraão, Ágar, Sara, Ismael e Isaac com o objetivo de identificar contradições e incongruências nessas representações. Concluímos que o modo como as histórias são articuladas revelam um contexto de disputas, segregação, rejeição e preconceito que, somado ao cenário socioeconômico e cultural da época, contribuíram para a estereotipização e reprodução contínua de conteúdos negativos sobre árabes e muçulmanos. Tais representações evidenciam algumas das raízes simbólicas da arabofobia e da islamofobia que perpetuaram um clima de hostilidade contra esses grupos até os dias atuais.

Palavras-chave: Árabes. Bíblia. Islã. Islamofobia. Muçulmanos. Religiões abraâmicas.

Abstract

Despite being part of Abrahamic religions, the clear exclusion and delegitimization of ancestral roots of Islam ended up impacting the relationship between Jews, Christians and Muslims. This study presents a theoretical-reflective analysis of the traditional biblical stories of Abraham, Hagar, Sarah, Ishmael and Isaac, in order to identify contradictions and inconsistencies in these

representations. We conclude that the way the stories are articulated reveals a context of disputes, segregation, rejection and prejudice that, added to the socioeconomic and cultural scenario of the time, contributed to the stereotyping and continuous reproduction of negative content about Arabs and Muslims. Such representations show some of the symbolic roots of Arabophobia and Islamophobia that have perpetuated a climate of hostility against these groups until the present day.

Keywords: Arabs. Bible. Islam. Islamophobia. Muslims. Abrahamic religions.

Introdução

O apagamento de especificidades sobre o Islã, tanto da Ciência como da história das religiões não é um fenômeno recente, e alguns desses ocultamentos e distorções reforçam a importância de resgatar algumas das raízes históricas que contribuíram para esse processo, a fim de melhor compreender o cenário atual que envolve as três religiões abraâmicas. De acordo com Crotty (2012), o Islã foi tratado de forma negativa por fontes ocidentais desde o início de suas origens em Ismael, condenando e, conseqüentemente, deslegitimando toda a sua descendência. A segregação da doutrina islâmica e dos muçulmanos, em relação às outras religiões abraâmicas, é evidenciada em narrativas bíblicas, as quais descrevem pouco ou quase nada da vida de Ismael e de sua descendência, de cuja raiz genealógica provém o profeta do Islã e o povo árabe. Segundo a literatura, Ágar e Ismael são retratados nas narrativas bíblicas por meio de uma história de expulsão, rejeição, segregação, disputas e preconceito racial, social e cultural (Crotty, 2012; Sherwood, 2014).

Diversas representações negativas podem ser identificadas na tradição judaico-cristã, com vários sentidos implícitos que denotam um cenário de hostilidade e disputas entre as diferentes raças e povos daquela região. Este estudo apresenta uma análise teórico-reflexiva sobre as histórias bíblicas tradicionais de Abraão, Ágar, Sara, Ismael e Isaac e as estratégias narrativas utilizadas para elaborá-las no texto sagrado, com o objetivo de identificar as principais contradições e incongruências observadas nessas representações. Pretendemos, a partir de uma análise crítica, refletir a respeito das omissões, ocultamentos e deturpações relativas à história de Abraão e à herança profética. Para tanto, procedemos ao longo do texto um resgate histórico das origens do preconceito contra árabes e muçulmanos, que se perpetuou ao longo dos séculos e cujas manifestações atualmente recebem o nome de islamofobia, produzindo efeitos que perduram até os dias de hoje.

As narrativas bíblicas sobre Abraão, Sara e Ágar e as disputas entre Ismael e Isaac

O início do Islã é marcado pelas primeiras revelações do Alcorão ao profeta Muhammad, no ano de 610 d.C. O profeta Muhammad era um homem iletrado, de origem árabe, de uma genealogia que advém da linhagem de Ismael, filho de Abraão (Aminuddin, 1989). A recusa em reconhecer a legitimidade de Muhammad como um mensageiro de Deus remonta a seu ancestral, Ismael, que, apesar de ser o primogênito de Abraão, foi deserdado e considerado ilegítimo, segundo relatos bíblicos. A alegação de que o filho gerado por Ágar não carregava as mesmas raízes ancestrais “hebraicas” de Sara, mãe de seu irmão Isaac, o qual simbolizaria a “aliança” entre Deus e Abraão, foram os argumentos narrados no Velho Testamento que serviram de justificativa para excluir Ágar e deslegitimar seu filho Ismael da linhagem profética (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994).

Narra-se também a história de que, após o nascimento do filho, Ágar se assoberbou sobre sua senhora, e com isso, Sara passou a maltratá-la, inclusive com a permissão de Abraão, até que

Ágar e seu filho fugissem para o deserto (Bíblia Sagrada, Gn 16:7). Percebe-se não apenas a rejeição, como também uma discriminação explícita que exalta a superioridade de um filho em detrimento do outro, utilizando-se como único critério a raça e ancestralidade maternas, descartando-se a legitimidade da descendência do pai. Assim, com o nascimento de Isaac, os direitos do filho primogênito advindo da ancestralidade abraâmica foram cancelados e substituídos por um critério que não lhe pode conferir o mesmo status social que é atribuído ao seu irmão, uma vez que sua mãe era uma escrava.

O protagonismo de Sara e o papel secundário de Abraão na versão bíblica

É interessante notar que tal versão também inverte alguns papéis, colocando a figura de Sara na posição de protagonista da linhagem profética, uma vez que o critério decisivo para definir quem, dentre os dois filhos, seria o sucessor de Abraão, não foi o patriarca Abraão, mas sua esposa (Raymond; Joseph; Roland, 2007). Logo, Abraão, que fora o incumbido por Deus para propagar o monoteísmo através de sua descendência, no momento sucessório é colocado numa posição secundária. Em uma época em que leis e costumes tribais seguiam um sistema rigidamente patriarcal, sobretudo em se tratando de figuras proféticas, não soa um tanto contraditório que o critério da ancestralidade de Sara tenha prevalecido em relação à figura de Abraão e às leis hereditárias da época? A suposta “aliança de Deus”, celebrada apenas com um dos filhos de Abraão mediante a exclusão do outro, cria uma espécie de abismo entre os povos, validando um modelo de justiça e equidade discricionário que contrasta diretamente com os valores bíblicos (Crotty, 2012; Sherwood, 2014). Isso cria também um cenário confuso, tendo em vista que o critério que legitimaria as futuras profecias passa a se concentrar em Sara, tornando-a uma figura mais determinante do que o pai das três religiões monoteístas. Essa transferência da legitimidade ancestral de Abraão para Sara, ao invés de Ágar, seria o caminho que naturalmente deslegitimaria a futura nação árabe-islâmica advinda de seu filho Ismael. Sobre a trama que envolve Sara e Isaac, comentários à versão bíblica explicam que:

A pacífica brincadeira entre os dois garotos alvoroçava o profundo sentimento de ansiedade de Sara no que diz respeito a seu próprio descendente, já que ambos eram filhos de Abraão. Sua atitude, aparentemente implacável, não deve ser julgada do ponto de vista da modernidade; ela queria que Isaac fosse o herdeiro da promessa sozinho. Seu próprio futuro está amarrado com o do filho; ela está lutando pela própria vida. 9. com seu filho Isaac. [...] 10. Sara, em sua ira desqualifica sua rival, “esta serve a seu filho”, sem ao menos mencionar seus nomes. 11. Para Abraão, pai natural de Ismael, Sara causa uma grande dor. 12-13. Deus ordena a Abraão obedecer Sara. Pois é pelo filho de Sara que ele continuaria sua linhagem (Raymond; Joseph; Roland, 2007, p. 91).

Percebe-se nesse comentário bíblico que o contexto de rivalidade aparece explicitado. A luta pela sobrevivência, juntamente com o receio com relação ao futuro de seu filho, faz com que Sara, na versão bíblica, desqualifique sua “rival” Ágar como uma serva. A desqualificação da mãe automaticamente desqualifica também o filho, Ismael, e essa é a forma utilizada por Sara para assegurar a herança de Isaac a fim de que ele se tornasse “o herdeiro da promessa sozinho”, como mencionado no trecho acima. Sendo assim, a inserção de Sara como pivô das disputas em torno da legitimidade de Isaac como herdeiro, por meio da desqualificação e exclusão de Ismael, confronta com as passagens que atestam que tal escolha ocorreu por uma determinação divina, além de excluir Abraão totalmente do processo decisório. Observa-se que, mais uma vez, Sara aparece como protagonista da história, e Abraão, além de ter uma posição secundária, é “orientado” por Deus, autoridade máxima, a “obedecer” a sua esposa, algo um tanto incomum em sociedades patriarcais antigas.

A autoridade e o perfil de liderança de Abraão parecem bastante comprometidos em tais narrativas, fixando-o em uma improvável posição de silenciamento, passividade e submissão às ordens e vontades da esposa. A ausência do protagonismo de Abraão, tão enfatizado em outras passagens bíblicas, justamente na história que revela o destino de sua futura descendência, não parece incongruente? A ordem para que Abraão “obedeça” a sua esposa Sara seria realmente uma ordem divina? Deus acata e apoia a atitude de Sara com relação à Ágar, e Abraão é totalmente ofuscado, um cenário de omissão e consentimento diante de uma violência. Será que realmente não houve qualquer manifestação de Abraão diante de tal situação? Se houve uma disputa em torno da herança profética para garantir a exclusividade de um dos filhos de Abraão e Isaac, logo parece ainda mais evidente que a ilegitimidade, rejeição e violência associadas à figura de Ismael e de sua mãe foram versões humanas construídas, ou seja, uma manipulação da história real, sob o amparo de uma suposta “ordem divina”, que serviria como argumento incontestável para as futuras gerações. Assim, uma narrativa construída sob o amparo de uma autoridade máxima não teria como ser contrariada pelos futuros discípulos, e possibilitaria a concretização de vários interesses locais (Sherwood, 2014).

Não soa estranho, então, que Ágar e seu filho Ismael, representando os primórdios da nação árabe, fossem deslegitimados, ainda que a posição de Ismael como primogênito de Abraão lhe assegurasse esse direito a ocupar o lugar de herdeiro? Quais temores adviriam da possibilidade de o herdeiro de Abraão ser de origem árabe, e não hebraica, como esperado? E por que, antes do nascimento de Isaac, a legitimidade de Ismael não era contestada, porém, 14 anos após, ao surgir a possibilidade de um herdeiro direto de Sara, Ágar e seu filho são expulsos e deserdados, passando a ser considerados inautênticos para o fim que até então lhes era destinado? Sobre isso, Sherwood (2014) revela que diversas dissonâncias em relação à Ágar e Ismael podem ser encontradas no texto bíblico. A ilegitimidade de Ismael como herdeiro de Abraão se opõe às leis tribais da época, que consideravam seu filho parte da família e detentor dos mesmos direitos que outros filhos teriam. De acordo com os costumes das tribos locais, o título de filho herdeiro normalmente era concedido ao primogênito (Sherwood, 2014). No entanto, após o nascimento de Isaac, Ismael é expulso com sua mãe, sendo deserdado e considerado ilegítimo sob pretextos como a ancestralidade, a raça e o argumento religioso, para que assim se assegurasse a Isaac o posto de herdeiro “único” e legítimo de Abraão.

Ocultamentos, ambiguidades e representações negativas sobre Ismael na Bíblia

Ismael é considerado o pai da nação árabe e, juntamente com seu pai, os progenitores da comunidade islâmica. Isso talvez já seja motivo suficiente para que se compreendam as omissões e representações negativas sobre ele nos textos antigos. Har-El (2014) revela que houve um apagamento maciço da trajetória de Ismael na Bíblia, pois durante o intervalo de 75 anos de sua vida não foram deixadas narrativas sobre ele, a não ser sobre seu nascimento e o episódio da expulsão junto à sua mãe. Segundo o autor, algumas narrativas da tradição judaica, que traziam pormenores da vida de Ismael, foram canonicamente excluídas dos textos bíblicos, criando assim uma obscuridade que abriu espaço para diversos ocultamentos e deturpações.

É notória a discrepância entre as narrativas sobre Ismael e Isaac, sobretudo no que se refere às suas personalidades. Enquanto Ismael é descrito como violento e selvagem, o retrato de Isaac é de inocência e de vítima de tramas ao seu redor, um filho “tão esperado, tão ameaçado e finalmente tão indefeso diante das intrigas dos seus” (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 23). Em outras palavras, tal descrição, em um sentido macro, ilustra o filho herdeiro do povo escolhido, a nação de

Israel, como um filho de boa índole e inocente, que necessita de proteção, enquanto o filho ilegítimo e inautêntico, da nação árabe, é representado como um rebento agressivo e hostil. Seriam tais descrições contrastantes e antagônicas um retrato fiel dos dois personagens, ou uma construção nitidamente enviesada?

Na Tradução Ecumênica da Bíblia, no capítulo de Gênesis, o texto estabelece que: “O anjo do Senhor disse-lhe: ‘Eis que estás grávida e vais dar à luz um filho, dar-lhe-ás o nome de Ismael, pois o Senhor percebeu a tua angústia. Verdadeiro jumento selvagem este homem! Sua mão contra todos, a mão de todos contra ele, ele habita em face de todos os seus irmãos” (Gn, 16:11-12).

No entanto, nos próximos versículos, na mesma versão bíblica, há um contraste visível na retórica elaborada sobre Ismael: “Quanto a Ismael, eu ouço o teu pedido. Vê, eu o abençoo, torno-o fecundo, prolífico ao extremo; ele há de gerar 12 príncipes e farei sair dele uma grande nação. Mas estabelecerei minha aliança com Isaac, que Sara te dará no próximo ano, nesta época” (Gn 17:20-21).

As narrativas bíblicas, mais de uma vez, associam um cenário de hostilidade e violência à figura de Ismael e à sua descendência (Gn 25:8). Ele é nomeado nos textos sagrados como “filho de Ágar” ao invés de “filho de Abraão”, e seu nascimento é representado em Gn 16:12 pelo termo “jumento selvagem” ou, em outras variações, como “besta selvagem”, expressão extremamente desqualificadora e desrespeitosa, especialmente quando se trata de uma autoridade religiosa, reduzida metaforicamente a um animal considerado impuro e indomável.

Com o decorrer do tempo, a versão judaica foi absorvida por outras versões bíblicas, e não bastassem as distorções e difamações imputadas, houve ainda significativos apagamentos. Em certos trechos da Bíblia Tradução Ecumênica (1994) a figura de Ismael é explicitamente ocultada por meio de expressões que enfatizam Isaac como o único filho de Abraão (Gn 22:2). No entanto, é nítida a fragmentação e contradição entre tais narrativas, uma vez que em outro versículo é o próprio Abraão quem pede a Deus que Ismael seja seu herdeiro e Deus o informa que Ismael será abençoado com uma descendência de “doze príncipes” e uma “grande nação” (Gn 17:20). Percebe-se, assim, uma clara contradição de ideias em um mesmo texto que, em certos momentos, faz uso de expressões que denotam repúdio, repugnância e abominação, enquanto em outros, anuncia um futuro nobre e de prosperidade para Ismael e sua descendência.

Sherwood (2014) corrobora essa ambiguidade dos textos bíblicos, reforçando que, ao mesmo tempo que Ismael é representado como um irmão, um amigo e o futuro pai de uma grande nação, em outros trechos ele é descrito como inimigo, homem de temperamento violento, irascível e selvagem. Nota-se que a representação do homem violento, com a qual Ismael é descrito na Bíblia, remete aos mesmos sentidos das representações utilizadas nos dias de hoje para descrever os árabes e muçulmanos. Seria isso uma espécie de “profecia” futura ou simplesmente uma construção deturpada e preconceituosa transmitida pela tradição e reproduzida a cada geração? Seriam tais palavras um resquício não elaborado de um passado de rivalidades tribais ou, ainda, uma narrativa já caricaturizada de Ismael em razão de suas raízes árabes maternas, as quais seriam, a partir de então, multiplicadas por meio de sua descendência? Daí a importância de se fazer um mergulho na história e genealogia das nações e religiões, para que se possa alcançar uma compreensão mais ampliada do tema.

Os preconceitos e a visão depreciativa que recaem sobre Ágar nos textos bíblicos

A figura de Ágar talvez não tenha recebido a devida atenção de pesquisadores, porém, conhecer sua história é determinante para expandir o conhecimento a respeito das cisões e divisões

entre as três religiões, de suas nações, grupos étnicos, bem como dos ocultamentos e ambiguidades de narrativas que resultaram em representações deturpadas das raízes ancestrais dos povos árabes, que servem de esteio para tantas violências perpetradas. Becket (2008, p. 115) argumenta que, no período medieval: “[...] análises e interpretações dos árabes, ismaelitas e sarracenos surgiram como resultado do objetivo acadêmico de entender a Bíblia. Como resultado, a diferença desses povos dos ocidentais letrados consistia em serem inimigos do povo de Deus, moradores do deserto, saqueadores e símbolos de perdição espiritual”.

De acordo com Sherwood (2014, p. 295), a partir do século XIX houve uma retomada dos estudos sobre a história de Ágar, porém, por uma perspectiva diferente, justamente por aqueles que, por tanto tempo, foram marginalizados no mundo ocidental:

Nos séculos XIX e XX, as histórias de Ágar e Ismael foram retomadas por aqueles que eram, ou que defendiam, aqueles considerados fora das principais sociedades civis cristãs da Europa e América: imigrantes, refugiados, judeus, prostitutas, afro-americanos escravizados. As recontagens da história de Ágar também destacaram as dificuldades e divisões entre os três irmãos, o judeu, o muçulmano e o cristão, apontando para a discriminação polida e as expulsões violentas na história americana e europeia das quais agora estamos muito cientes. Por vezes, gostamos agora de falar do “abraâmico”, como se as três religiões sempre tivessem se dado bem. Mas a história de Ágar, como outras histórias do Gênesis, confronta francamente a questão da divisão e da inimizade.

Ágar foi muitas vezes retratada como uma mulher soberba ou, ainda, pecaminosa, afeita aos desejos carnisais. Para Crotty (2012), além de distorções na versão original, textos baseados na Torá e na tradição judaica fornecem uma interpretação negativa e depreciativa de Ágar, referindo-se a ela como adúltera, algo que também soa contraditório, uma vez que o próprio texto bíblico afirma que foi Sara quem, em razão de sua esterilidade, pediu a Abraão que tivesse um filho com sua escrava, de modo a proporcionar-lhe uma descendência. Em épocas passadas, não era incomum a esposa, em razão de sua condição estéril, dar a serva ao marido para que ele pudesse continuar a sua descendência (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994). Além disso, as expressões que atribuem à Sara a posição de “verdadeira mãe ancestral”, a Isaac como o “verdadeiro Israel”, à Ágar a de “mãe de Israel inautêntico” e a Ismael o título de “Israel inautêntico” por ser filho de uma “serva”, denotam por si só discriminação, além de uma segregação de filhos descendentes de um mesmo pai. É uma versão preconceituosa que utiliza o critério de raça, ancestralidade e posição social para determinar a legitimidade de uma profecia (Crotty, 2012).

As narrações depreciativas de Ágar como escrava também não coadunam com certas situações especiais e privilégios desfrutados por ela, que naquela época eram exclusividade de homens e patriarcas (Sherwood, 2014). Um dos exemplos é o seu encontro com um anjo que a abordou no deserto e, também, com Deus, que lhe falou por meio de palavras que demonstram compaixão e misericórdia para com seu sofrimento: “Disse-lhe também o anjo do Senhor: Eis que concebeste, e darás à luz um filho, e chamarás o seu nome Ismael; porquanto o Senhor ouviu a tua aflição” (*Gn 16:11*). Não parece incoerente que alguém a quem um anjo e o próprio Deus se dirigiram seja rebaixada e considerada ilegítima por um povo? Nas palavras de Sherwood (2014, p. 291): “Quem pode ser contra ela quando Deus vem em seu apoio e ajuda?”.

Não seriam tais narrativas interpretadas de forma mais nobre e respeitosa caso o fato se passasse com um membro de outra tribo, ou com um patriarca? No mesmo capítulo, também é revelado à Ágar uma profecia futura: “Multiplicarei sobremaneira a tua descendência, que não será contada, por numerosa que será” (*Gn 16:10*). Esse seria um prenúncio da descendência de Ágar e de seu filho Ismael, da qual surgiria a nação muçulmana, que hoje conta com bilhões de adeptos em todo o mundo.

A deslegitimação de Ismael: uma história baseada na superioridade étnica e no preconceito social

Ágar era uma escrava egípcia e, por essa razão sua descendência, por meio de seu filho Ismael, tornar-se-ia a origem da nação árabe. Sabendo-se que Ágar era representante e prova viva dessa etnia e que, por conseguinte, sua descendência juntamente com Abraão carregaria uma ancestralidade árabe, logo um filho fruto dessa união iria competir com a descendência de Isaac, advinda dos hebreus, os quais se consideravam o “povo escolhido”. Consequentemente, o reconhecimento da legitimidade de outro filho representaria uma ameaça a certos interesses sucessórios. De acordo com Beckett (2008, p. 95), “[...] parece que os exegetas bíblicos simplesmente assumiram que os árabes do norte eram descendentes de Ismael, filho de Ágar, e congenitamente inferiores aos descendentes de Isaac porque sua ancestral era uma escrava e não a mãe do Povo Eleito”.

Sherwood (2014, p. 287) defende que a história de Ágar e Ismael é “uma história de expulsão, não é bem-vinda” e isso ocorre porque “a perpetuação e proteção da verdadeira linha depende da sua expulsão”. Essa “verdadeira linha” de sucessão a qual a autora se refere seria aquela de Israel, que, a partir dessa versão da história, garante a legitimidade de sua linhagem a partir de Isaac e sua descendência, intitulados como o “povo escolhido por Deus”, expressão que por si só carrega uma intenção segregacionista. Sobre isso, Armstrong (2002, p. 56) afirma que “os árabes que entravam em contato com judeus e cristãos sentiam um agudo senso de inferioridade: era como se Deus os houvesse excluído de seu plano divino”.

A suposta escolha por Deus de um determinado povo implica automaticamente na rejeição dos outros povos, que não seriam dignos de serem eleitos. Portanto, não soa um tanto contraditório que Deus, na concepção mais universal do termo, escolhesse um único povo em detrimento dos demais, abrindo espaço para uma suposta “superioridade” de uma raça em relação às outras, de um filho em relação ao outro, de uma linhagem familiar, ou ainda, de uma vertente religiosa em relação às outras? É um tanto paradoxal o fato de que tradições bíblicas que pregam a igualdade entre todos os seres humanos são, ao mesmo tempo, as mesmas que diferenciam, em suas histórias, seus próprios mensageiros em função da raça e da origem familiar.

Enquanto cristãos e judeus disputavam a primazia de quem seriam os verdadeiros herdeiros da promessa, o Islã foi totalmente excluído e apagado do grupo das religiões abraâmicas, em função de uma suposta ilegitimidade de sua ascendência, sendo simplesmente reduzidos ao termo “ismaelitas”. Crotty (2012) afirma que, a despeito das leituras cristãs e judaicas apresentarem algumas diferenças, o cristianismo agregou em suas narrativas a versão hebraica que atesta a rejeição da legitimidade de Ismael e sua descendência, argumentando que a verdadeira nação de Israel seria somente aquela que procedesse da linhagem de Isaac, e tudo o que procedesse da descendência de Ágar e de Ismael seria inautêntico e ilegítimo – no caso, a totalidade da nação árabe e muçulmana.

A representação de Ismael e Isaac no Alcorão

No Islã, qualquer distinção ou superioridade profética em função da linhagem ou ancestralidade é proibida por uma questão de lógica, de coerência, de igualdade e de respeito em relação às figuras proféticas. Por isso a doutrina islâmica não aceita a interpretação judaica e cristã sobre o assunto. A esse respeito, Crotty (2012, p. 182) afirma que “o Islã reabilitou Ágar das margens da tradição anterior”. O autor sugere que uma reinterpretção de Ágar pelas três religiões

abraâmicas com uma perspectiva menos preconceituosa, mais igualitária, tolerante e redentora, sem fazer quaisquer tipos de distinções raciais ou sociais, poderia mudar significativamente a relação entre as três religiões, permitindo construir uma história mais completa das diversas fés abraâmicas e criar um contexto mais propício de tolerância e convivência pacífica e respeitosa entre os povos. Ágar, a escrava egípcia expulsa, deu representatividade não só aos árabes, mas também aos africanos. Ao contrário da segregação transmitida nas versões bíblicas por sua condição social e racial e pelo fato de não fazer parte do “povo escolhido”, na visão islâmica Ágar foi honrada a ponto de um dos rituais mais importantes da peregrinação à Meca ser motivado por sua saga no deserto (Yusuf, 2017).

Enquanto algumas representações genealógicas sobre a descendência de Abraão ocultam Ismael como um de seus filhos, no Alcorão dá-se ênfase a todos eles, inclusive dedicando um de seus capítulos especialmente aos profetas. Qualquer distinção entre os mensageiros divinos é proibida, independentemente de seus ancestrais, sejam eles advindos de Isaac ou Ismael, uma vez que todos são mencionados no texto alcorânico com o mesmo nível de importância (Alcorão Sagrado, 4:163-165). A unicidade divina no Islã é a base da crença, devendo assim abranger o todo, incluindo todas as revelações anteriores, a totalidade dos livros e escrituras sagradas e todos os profetas, uma vez que se acredita que a junção desses elementos solidifica as bases para a disseminação do monoteísmo.

O Alcorão não só menciona repetitivamente, ao longo de suas páginas, o nome de diversos mensageiros divinos anteriores a Muhammad, como também iguala a todos em nível de importância, mencionando explicitamente seus nomes e prescrevendo claramente em seus versos a não distinção entre eles para os muçulmanos: “Dizei: Cremos em Allah, no que nos tem sido revelado, no que foi revelado a Abraão, a Ismael, a Isaac, a Jacó e às tribos; no que foi concedido a Moisés e a Jesus e no que foi dado aos profetas por seu Senhor; não fazemos distinção alguma entre eles, e a Ele nos submetemos” (Alcorão Sagrado, 2:136).

Desse modo, sob a perspectiva da crença islâmica, seria incongruente que o muçulmano fizesse diferenciações entre um ou outro mensageiro, uma vez que todos advêm de uma única raiz ancestral e anunciam a mesma mensagem divina. Qualquer tratamento desigual entre esses elementos criaria disputas, reforçando a incompletude e fragmentação interna, que por sua vez comprometeriam a consolidação e unificação do monoteísmo ao longo da história. As narrativas relativas a Abraão, Isaac e Ismael no Alcorão contrastam claramente com a versão bíblica, pois não se fala no Islã em “filho da promessa” ou “terra prometida”, tampouco de “povo escolhido”. O Alcorão ordena a crença na igualdade entre todos os mensageiros e profetas, não havendo hierarquização. Essa igualdade prescrita no Islã enfrenta até hoje uma rejeição ferrenha na tradição judaico-cristã, havendo uma lógica implícita nisso. Enquanto na tradição bíblica há uma clara hierarquia entre os irmãos em termos de importância profética e linhagem, no Islã ambos os irmãos são igualados, não havendo diferenciação alguma entre nenhum dos filhos de Abraão, e nem em sua descendência, uma vez que ambos são filhos de um mesmo pai, sendo ambos legítimos como mensageiros. No entanto, tal equiparação é censurada e reprovada na tradição judaico-cristã. Igualar Isaac a Ismael e legitimar a descendências de ambos de modo equitativo, comprometeria muitos privilégios bíblicos, como o título de “povo escolhido” ou da “terra prometida”.

Essa equidade afetaria inclusive as justificativas que sustentam muitas das disputas geopolíticas em relação ao atual território de Israel e à suposta hierarquia sobre outras nações e religiões, desestabilizando completamente o argumento de que a legitimidade sobre essa região pertence somente a um povo, o “povo escolhido por Deus”, como consta no velho testamento. Essa narrativa exclui totalmente outros povos da possibilidade de compartilhar da mesma legitimidade, tornando-a exclusiva somente para um grupo étnico e religioso. A partir dessas premissas

podem-se deduzir alguns dos motivos que consolidaram a rejeição ao Islã e a invalidação de sua escritura sagrada e de seu mensageiro, descendente de Ismael, como um povo que carrega a mesma legitimidade de outras religiões abraâmicas. Tal cisão é nítida. A legitimidade construída sobre o cristianismo e o judaísmo não foi estendida ao Islã, cuja linhagem genealógica advém de Ismael, o filho “não legítimo” da escrava Ágar.

Supostas fragilidades na autenticidade do Velho Testamento

Diversas distorções, alterações, inserções, omissões e equívocos foram identificados em versões bíblicas. Algumas foram involuntárias, enquanto outras, a depender do propósito pretendido em determinados momentos históricos, foram mesmo deliberadas ou moldadas conforme o contexto da época. Para explicar algumas dessas hipóteses, utilizamos a seguir trechos da Tradução Ecumênica da Bíblia (1994), obra que reúne tradutores de diversas confissões cristãs e da religião judaica e, também, do Novo Comentário Bíblico São Jerônimo do Antigo Testamento (Raymond; Joseph; Roland, 2007). Concentramos a maior parte dessa discussão no capítulo do Gênesis, o primeiro livro do pentateuco, e do Velho Testamento, uma vez que é neles que se encontram as narrativas a respeito de Sara, Ágar, Abraão e do nascimento de Ismael e Isaac.

Inúmeras passagens bíblicas foram escritas séculos depois da data real dos acontecimentos e, com o passar do tempo, muitos documentos originais foram se perdendo, enquanto outros sofreram correções, reduções ou ampliações, voluntárias ou não. É importante lembrar que existem registros na história da humanidade de alterações e manipulações intencionais das escrituras que tiveram por propósito validar interesses de determinados grupos. Isso não é algo novo, nem tão distante no tempo. Um exemplo clássico foi a utilização dessa estratégia para proteger certas sociedades escravocratas, tal como ocorreu no século XVIII, quando missionários ingleses omitiram centenas de versos de exemplares da Bíblia com o intuito de ocultar qualquer ensinamento bíblico que censurasse direta ou indiretamente a escravidão ou que pudesse de alguma forma incentivar os escravos a se rebelarem contra seus senhores (Martin, 2018).

Ainda há que se mencionar as diversas variantes, que são as alterações realizadas por copistas entre uma versão e outra. Estudo realizado na Universidade de Cambridge, Reino Unido, constatou que, somente no Novo Testamento, houve, aproximadamente, 300.000 a 750.000 variantes no texto (Gurry, 2016). Alguns refutam essas estimativas, argumentando que, apesar do número elevado de variantes, não houve mudança substancial no texto estabelecido. Tal argumento se mostra um tanto frágil, pois se um simples deslocamento de uma vírgula ou de uma palavra em um texto pode provocar uma alteração no sentido produzido, que dirá quando um texto sofre mais de 700 mil alterações? Qual o nível de fidedignidade que se pode esperar de um texto com variantes nessas proporções em relação à sua versão original?

A historiologia também confronta a veracidade de certas versões. O Pentateuco, por exemplo, no qual se inclui o capítulo de Gênesis, durante muito tempo teve sua autoria atribuída a Moisés. No entanto, diversos estudiosos contestaram essa hipótese, atestando que ela não procede, uma vez que os diferentes nomes e vocabulários sugerem que os relatos foram escritos em diferentes momentos da história e por relatores diversos.

Por quase dois milênios o Pentateuco foi atribuído a Moisés tanto pela tradição judaica quanto pela cristã. Embora questões importantes sobre a autoria tenham surgido ao longo do caminho, isto não aconteceu até o século XVIII, quando a questão foi seriamente mencionada. Atualmente, sabe-se que ele não escreveu o Pentateuco, mas devemos considerar a formação destes livros ainda como mistério. Alguns fatos óbvios sugerem que a autoria de Moisés não é certa (Raymond; Joseph; Roland, 2007, p. 50).

A perda dos conteúdos originais é inegável e isso se confirma nas palavras dos editores da Bíblia Tradução Ecumênica (1994, p. 18), que afirmam que “se agora lançarmos o olhar para os trechos mais antigos, veremos que o Pentateuco toma proporções mais modestas, traindo embora, sua origem diversificada”. Outro ponto que também se tornou objeto constante de dúvidas e questionamentos são as ambiguidades de certos termos e expressões:

Se alguns crentes defendem a opinião dos antigos, segundo a qual Moisés redigiu o Pentateuco inteiro, outros autores afirmam que a maior parte das coletâneas de lei se explicam sobretudo pela combinação de partes inicialmente independentes (a hipótese dos “fragmentos”). Outros ainda pensam que a coesão do conjunto como um todo postula a existência de um escrito fundamental, longamente ampliado depois (hipótese “dos complementos”) (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 19).

Até mesmo a versão masorética, tradição textual mais utilizada nas versões contemporâneas das escrituras, também desperta dúvidas. Os editores explicam a razão.

O Antigo Testamento foi traduzido com base no texto masorético, o texto da tradição judaica. Esse texto é o termo de uma longa tradição, cuja transmissão, embora extremamente fiel no conjunto, nem sempre conservou intactas as formas originais; outros manuscritos hebraicos (Qumran) e outras versões primitivas (gregas, latinas, siríacas, aramaicas) apresentam variantes dignas de atenção (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 19).

Segundo a Tradução Ecumênica da Bíblia (1994), apesar de o primeiro documento masorético do Pentateuco ter sido encontrado entre 820 e 850 d.C., o manuscrito mais completo do Velho Testamento, o Código de Alepo, só foi copiado no século X d.C. Tais datas evidenciam uma distância de séculos em relação às datas reais dos acontecimentos. Admite-se ainda que, além de terem sido escritos em épocas e circunstâncias diferentes, pode ter havido “correções” em partes do texto: “Em todas essas formas do texto pré-masorético por vezes podemos encontrar um texto mais claro e inteligível do que o masorético. Daí a tentação de muitos exegetas, sobretudo entre 1850 e 1950, de apelarem a ela para corrigir o texto masorético nos trechos considerados alterados” (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 12).

As variantes nas escrituras podem ter sido exegéticas ou deliberadas, por isso não há como saber que tipos de correções foram feitas exatamente. Davis (2023, *online*) revela que, “além das alterações mecânicas de um texto, muitas variantes devem ter sido conscientemente introduzidas pelos escribas” e, por essa razão, afirma-se que dois problemas acadêmicos foram enfrentados: “o primeiro envolve a história do texto hebraico, e o segundo trata das tentativas de reconstruir sua forma ‘original’” (Davis, 2023, *online*). Houve um longo período do qual nenhum manuscrito bíblico sobreviveu. A primeira versão impressa da Bíblia hebraica veio a lume somente em 1.488 d.C., na Itália, aproximadamente dois séculos após as Cruzadas. Sobre isso, Davis (2023, *online*) argumenta que:

No que diz respeito a uma tentativa de recuperar o texto original de uma passagem bíblica – especialmente uma ininteligível – à luz das variantes entre diferentes versões e manuscritos e causas conhecidas de corrupção, deve-se entender que toda reconstrução deve ser conjectural e forçosamente provisória devido à perda irreparável da edição original.

O autor complementa esse raciocínio afirmando que:

[...] há muitas evidências da existência de um período em que mais de uma forma de texto hebraico de um determinado livro era corrente. De fato, tanto a variedade de testemunhos quanto o grau de

divergência textual entre eles aumentam na proporção de sua antiguidade. Nenhuma explicação única pode explicar satisfatoriamente esse fenômeno. No caso de alguma literatura bíblica, existe a possibilidade real, embora não possa ser provada, de que tenha sofrido um longo período de transmissão oral antes de ser entregue à escrita. Nesse intervalo, o material pode muito bem ter sofrido abreviação, amplificação e alteração nas mãos dos transmissores, de modo que não apenas o original teria sido transformado, mas o processo de transmissão teria engendrado mais de uma recensão desde o início de sua existência (Davis, 2023, *online*).

O objetivo da recensão é avaliar a qualidade, o conteúdo e a relevância da obra, oferecendo uma síntese dos principais pontos discutidos e um julgamento crítico sobre o trabalho. Ao longo do tempo várias tentativas de confrontação das versões bíblicas se sucederam. A originalidade das narrativas é altamente questionável, tanto em função dos diferentes contextos e momentos históricos nos quais tais documentos foram compilados, como pela diversidade de narrações, idiomas, traduções e pela variedade de redatores, editores, revisores e intérpretes de seus textos. Tal realidade se confirma em explicações introdutórias no Velho Testamento: “Quando se consultam as introduções a esses livros, a primeira impressão se confirma: distribuindo-se por mais de dez séculos, os livros provêm de dezenas de autores diferentes; uns estão escritos em hebraico (com certas passagens em aramaico), outros em grego” (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 1).

Outro fator que também contribuiu para comprometer a originalidade do texto foi a sua grande circulação em diversos momentos da história: “Antes de receber forma definitiva, estes livros circularam durante muito tempo entre o público e apresentam os vestígios das reações suscitadas em seus leitores, sob a forma de retoques, anotações e até de reformulações mais ou menos importantes” (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 2).

É válido acrescentar ainda que os relatos bíblicos muito provavelmente refletiriam a visão de mundo, o contexto cultural e histórico dos indivíduos que os produziram. Afirma-se que “o judaísmo elaborou sua própria tradição interpretativa durante o período rabínico clássico, do século II a.C. ao século VIII da nossa era” (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 13) e por isso “as seções da leitura litúrgica judaica conheceram variações” (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 15). Segundo os editores da Bíblia Tradução Ecumênica (1994, p. 2), “a Bíblia está profundamente marcada pela cultura de Israel, povo que teve, como todos os outros, um modo próprio de compreender a existência, o mundo que o circundava, a condição humana”. Eles acrescentam ainda que “a teologia judaica, ligando o universalismo da criação ao particularismo de Israel, confirma aquilo que toda a Bíblia ensina, a saber, que Deus se revela ao homem e que Israel está no centro da humanidade” (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 13). Sendo assim, não há como garantir a imparcialidade de tais narrativas, uma vez que, sendo narrativas humanas, elas seriam construídas sob as lentes de seu próprio povo.

Além da influência do contexto familiar, econômico e sociocultural em tais narrativas, percebe-se ainda a existência de lacunas nas histórias dos patriarcas que não foram adequadamente preenchidas:

Não é possível escrever uma história contínua dos patriarcas não só por causa do tempo que os separa dos documentos que deles falam, mas sobretudo porque viveram com os seus grupos à margem da história política, isto é, da “grande história”. As tradições a seu respeito refletem, antes de tudo, preocupações essenciais como a de garantir a sobrevivência das famílias em uma região ameaçada pela fome, ou a de assegurar terras férteis para os rebanhos; finalmente, o que se conservou foram apenas certos episódios da sua existência. Os relatos do Gênesis são, pois, de origem popular e familiar, e guardam os traços da cultura do seu tempo (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 23).

Existem, assim, fortes indícios indicativos de que houve alterações e o acréscimo de novas passagens na história dos filhos de Abraão, o que pode explicar o nítido viés e as diversas ambiguidades existentes nessas narrativas, mais especificamente:

Há que lembrar também que o Gênesis não foi composto de uma só vez, mas resulta de um trabalho literário que se prolongou durante várias gerações; o livro reflete, portanto, as experiências, por vezes dolorosas, dos filhos de Abraão, que nos contam a vida dos seus antepassados, pressupondo assim uma tradição viva que foi constantemente lida em função das vicissitudes da história de Israel. [...] Temos reflexo disso nas sucessivas redações do texto sagrado, mas elas nunca anularam os primeiros esboços nos quais se baseiam. Elas enriqueceram os primeiros esboços com revelações novas (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 21).

Mais adiante, os editores atestam que revisões, complementações nas histórias dos patriarcas, foram realizadas em Gênesis em razão das tradições dos povos de Israel e do contexto cultural da época:

A ruptura da unidade do povo de Deus e o período difícil que se seguiu causaram a Israel novos problemas, que exigiram, senão uma revisão, pelo menos uma complementação da história dos patriarcas. [...] Mas os progressos da arqueologia revelam igualmente que os escritores que estruturaram e revisaram os relatos dos primeiros capítulos do Gênesis não foram imitadores servis. Souberam retrabalhar as suas fontes, repensá-las em função das tradições específicas do seu povo. Não se limitaram a salvaguardar a originalidade da fé já vista: enfatizaram-na. [...] Os relatos sobre os patriarcas, embora redigidos muito tempo depois dos acontecimentos aos quais se referem, atestam um enraizamento real no ambiente em que viveram os antepassados de Israel (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 22).

É interessante que em nenhum momento há nas escrituras uma tentativa de discutir os pontos de convergência nos conteúdos das três religiões de raízes abraâmicas, e não parece haver nenhuma abertura ou diálogo com aquela que foi a última das religiões monoteístas, o Islã. Deduz-se, a partir dessa evidência, que ou as fontes islâmicas não são dignas de crédito por essas instituições ou há algum receio em validar conteúdos que possam contrariar as versões canônicas. Logo, esse parece ser um campo restrito, e tal abertura do cristianismo parece estar voltada somente para o judaísmo, como se observa no trecho a seguir: “A decisão de seguir o texto masorético foi tomada tanto por razões científicas, como por um espírito de abertura ao judaísmo, como pedra angular para uma tradução do Antigo Testamento que possa ser empreendida conjuntamente por especialistas cristãos e judeus” (Bíblia Tradução Ecumênica, 1994, p. 22).

Ainda que a religião islâmica tenha sido, do ponto de vista cronológico, a última religião abraâmica a ser revelada, as fontes documentais representadas pelo Alcorão e pela *Sunna* também apresentam detalhes sobre as profecias anteriores que ajudariam a preencher muitas lacunas identificadas nas histórias das religiões, de modo a desvendar certos mistérios. Na verdade, nem mesmo o aspecto cronológico pode ser usado como argumento para refutar tais fontes, tendo em vista que várias versões utilizadas para compor os textos bíblicos foram inclusive compiladas séculos após a revelação do Alcorão. No entanto, mesmo assim os editores alegam a suposta inexistência de fontes “extra-bíblicas”:

A posição tomada neste comentário é a de que histórias autênticas dos antepassados do segundo milênio foram revisadas e ampliadas ao longo de sua transmissão; a recuperação das histórias “originais” é impossível devido à falta de fontes extra-bíblicas. [...] As histórias têm sido editadas de geração em geração – um processo que é quase impossível de descrever, exceto em termos gerais (Raymond; Joseph; Roland, 2007, p. 61).

Por acaso haveria um receio em validar e legitimar o Islã e suas fontes sagradas, ao colocá-las no mesmo nível da tradição judaico-cristã? Ou seria tal distanciamento um resquício do histórico de disputas ancestrais entre elas, ou ainda, um receio de que novos conteúdos e revelações, que até então não foram incluídos, coloquem em dúvida o teor de certas narrativas bíblicas, expondo deturpações, ocultamentos e contradições que se perpetuaram ao longo dos séculos? Obviamente que, diante do longo contexto histórico de rivalidades entre judeus, cristãos e muçulmanos, bem como da existência de outros interesses, essa ainda parece ser uma possibilidade remota.

A inclusão de versões islâmicas para a construção de conteúdos mais precisos sobre o passado acabaria por legitimar uma religião que talvez colocasse em risco a autoridade e hegemonia judaico-cristã, bem como a própria hegemonia do pensamento ocidental e de seu notório imperialismo que até hoje se faz presente. Essa resistência da tradição judaico-cristã contrasta vivamente com a postura islâmica sobre o assunto. O conhecimento e aceitação das profecias anteriores a Muhammad e das escrituras sagradas anteriores ao Alcorão, como a Torá, os Salmos e o Evangelho, fazem parte dos seis pilares da fé islâmica e estão descritos no Alcorão Sagrado (2019, 4:136), sendo obrigatório que todo muçulmano acredite nesses elementos para que sua crença seja efetivamente completa. Tal qual outras regras islâmicas, os pilares da fé são a base primeira da crença do indivíduo quando decide seguir o Islã. Por isso, a única razão para refutar os textos bíblicos seria quanto à sua originalidade.

Sempre houve uma preocupação entre os muçulmanos em relação à preservação do Alcorão, sendo para isso utilizados processos e métodos rigorosos desde os primórdios da revelação (Alcorão Sagrado, 2019). A falsa alegação de que as narrativas alcorânicas sobre as profecias antigas fora “copiada” dos textos cristãos é totalmente incabível, uma vez que não havia versões do Velho ou do Novo Testamento no idioma árabe quando Muhammad era vivo, além do fato de ele ser um homem iletrado (Khan, 2014). Na teologia islâmica já foram elencados uma série de argumentos que atestam sua autenticidade e origem divina (Bucaille, 2012; Green, 1994).

A preservação do Alcorão no idioma original, o árabe, até os dias de hoje, juntamente com as práticas de memorização e recitação dos versículos também colaboraram para manter o conteúdo fidedigno. Evidências da autenticidade do Alcorão também já foram estabelecidas por meio de versões antigas, espalhadas em diversos países do mundo, cujos textos são idênticos aos atuais, como por exemplo um fragmento que, de acordo com testes de radiocarbono realizados pela Universidade de Oxford, datam do século VI d. C., sendo o mais antigo descoberto até hoje (Historical Quranic Manuscripts, 2022).

No entanto, mesmo havendo comprovações quanto à preservação do conteúdo alcorânico ao longo de séculos, uma fonte que descreve em detalhes fatos relacionados às três religiões e que se mantêm como um documento vivo, na íntegra, como a última das revelações divinas, ainda há invisibilidade e uma nítida recusa e oposição a tal integração. Do ponto de vista documental, arqueológico e científico de modo geral, fontes que possam aportar informações sobre contextos histórico-religiosos deveriam ser incluídas, mas não o são e os motivos disso são obscuros.

Racismo e os primórdios da arabofobia e da islamofobia: das histórias bíblicas aos tempos atuais

Segundo Sherwood (2014), todo o cenário de inimizade e segregação, apoiado na justificativa de uma suposta ordem divina, acabou servindo de argumento, ao longo da história, para normalizar outros tipos de discriminação político-social, como o *apartheid*. As narrativas sobre Ágar e Ismael

descrevem uma história não apenas de expulsão, mas de preconceito, discriminação, hierarquia social, desigualdade, segregação e racismo, elementos um tanto incompatíveis e incoerentes com os ensinamentos bíblicos do ponto de vista moral, ético e espiritual. Deduz-se com isso que o racismo, o preconceito e a xenofobia que marcaram a vida dessas personagens bíblicas parecem ter sido perpetuados até os dias de hoje nos conflitos entre nações, resultando no crescente fluxo de imigrantes e refugiados, bem como na atualização de representações negativas sobre árabes e muçulmanos (Sherwood, 2014).

Não soa estranho que, na versão hebraica, todas as menções relacionadas à raça árabe sejam reduzidas às piores representações? Ágar, uma escrava egípcia, é constantemente representada como adúltera, lasciva, pecaminosa, soberba, de classe social inferior, e seu filho Ismael, considerado o pai da nação árabe, sendo reduzido à posição de filho ilegítimo, inautêntico e desqualificado. Que tipo de imagens se constroem do povo árabe e do Islã, a partir de denominações como essas? Tais narrativas, apoiadas por histórias repletas de distorções, segregações, velamentos e disputas em torno de uma suposta superioridade ancestral, racial e religiosa, contribuíram diretamente para a fragmentação das religiões judaico-cristãs na relação com o Islã. Além de serem incongruentes com a busca da unidade e igualdade apregoadas no monoteísmo, as desqualificações se perpetuaram por meio dessas mesmas representações até os dias atuais (Rajabzadeh, 2019).

Ao ser confrontada e interpretada por perspectivas para além das tradicionais, a história pode fornecer respostas que permitem compreender o contexto geopolítico atual daquela região, como também muitas representações negativas que, ao longo de séculos, foram atribuídas ao Islã e aos muçulmanos (Wheatcroft, 2004). Seria coincidência que disputas amparadas na suposta superioridade racial e ancestral, iniciadas há séculos, perdurassem até os dias de hoje na mesma região e sob os mesmos pretextos utilizados nas histórias bíblicas? Seriam os conflitos contemporâneos resultantes de uma profecia ou seriam as próprias representações das histórias bíblicas as raízes responsáveis por dar sustentação simbólica ao apartheid étnico-racial e religioso presente atualmente na mesma região? Seria a rejeição de Ágar motivada somente por sua raça árabe, ou um temor de que uma nação não hebraica carregasse a herança profética de Abraão de modo equivalente ao de Isaac?

Alguns relatos da literatura são fundamentais para se ter a real dimensão do processo representacional que perpetua histórias de segregação, discriminação, racismo e *apartheid*. Além do ocultamento de Ágar e Ismael em versões bíblicas cristãs mais recentes, reforça-se a figura de Isaac como o único herdeiro, filho legítimo de Abraão, aquele que foi oferecido em sacrifício. Outras versões ainda mencionam Ismael e sua mãe, porém, utilizando termos depreciativos ao se referirem a Ágar como “a estranha, a mãe dos forasteiros”, e à descendência de Ismael como “pessoas no erro”, “agarenos” ou “destituídos”, associando-os à escravização e reduzindo-os a uma natureza inferior (Crotty, 2012, p. 174). De acordo com Wheatcroft (2004, p. 311): “Através dos séculos, aos olhos dos ocidentais, os infiéis muçulmanos tinham assumido muitos aspectos diferentes. Eles tinham sido agarenos, ismaelitas, sarracenos, mouros, turcos, târtaros, beduínos, árabes. A cada iteração a imagem do infiel ficava mais precisa”.

A palavra târtaro, no sentido religioso, representa um lugar a ser habitado por pecadores e perversos. No período bizantino, escritores também ilustravam o Islã como um perigo mortal. Como se não bastasse a associação dos árabes e muçulmanos a uma raiz inferior representada por Ágar e Ismael, outros personagens bíblicos anteriores, com histórias bárbaras, também serviram de cenário para representá-los.

Os eruditos reforçaram a crença comum no perigo e no mal do ‘Islã’ [...] Pior que a mácula da bastardia, uma maldição ainda mais sombria pairava sobre o povo do Oriente. Os cristãos inferiram

que, embora a origem de todos os homens remontasse a Adão e Eva, os muçulmanos eram descendentes diretos de Caim, expulsos da presença de Deus por assassinar o irmão Abel [...] em batalha, os cristãos rotineiramente insultavam seus inimigos como ‘filhos de Caim’, ‘bastardos’ ou ‘anticristo’ (Wheatcroft, 2004, p. 39).

Rajabzadeh (2019) acrescenta que, além dessas expressões pejorativas, outra violência literária pode ser encontrada nos textos medievais que rotulavam os muçulmanos de sarracenos. Esse é mais um termo pejorativo islamofóbico que denota, conforme a autora, uma racialização dos descendentes de Ismael como pessoas sem rumo, andarilhos e nômades, cujo comportamento errático se caracteriza pela raiva e agressividade, ou ainda, anti-cristãos. Por trás de representações tão negativas como essas certamente existem intenções ocultas. Beckett (2008, p. 233) afirma que isso leva facilmente à suposição de que “um impulso religioso construído na forma de expressão cristã carregada foi um fator determinante na composição e transmissão de informações sobre o Islã, ismaelitas, sarracenos e assim por diante”. A autora ainda reitera que:

[...] o que os leitores e escritores mantiveram (pelo menos até o final do século XVI ou início do século XVII) foi a capacidade de uma declaração de satisfazer um ou outro de um repertório limitado de exigências de que os sarracenos/ismaelitas/muçulmanos estejam errados: maus religiosos, mentirosos, lascivos, sanguinários, ruinosos. Na era do orientalismo imperial, séculos de desgaste provaram que algumas das declarações de base cristã apoiavam generalizações implícitas muito atraentes sobre muçulmanos e árabes – mesmo que as próprias declarações possam ter sido construídas erroneamente, de acordo com as verdades do dia (Beckett, 2008, p. 238).

Outra deturpação que recai sobre os muçulmanos é o rótulo de povo idólatra e politeísta. Na realidade, o uso de tais termos por europeus para descrever os muçulmanos durante a Idade Média e no período das cruzadas foi mais além:

Os objetos de estudo europeus sobre as cruzadas e sobre os muçulmanos da Idade Média são projetos políticos racistas, na maioria das vezes destinados a incitar a violência, sempre por meio do fomento da islamofobia. É honesto para nós reconhecer as violências que esses projetos encorajam e chamá-los do que são – racistas, anti-muçulmanos e odiosos (Rajabzadeh, 2019, p. 2).

Essas são as verdadeiras origens da islamofobia, um fenômeno que não pode ser compreendido simplesmente como uma resposta a eventos “provocados” por radicais muçulmanos há duas ou três décadas. É um tanto irônico, mas a islamofobia é muitas vezes entendida como um fenômeno que se tornou visível somente a partir dos atentados ao *World Trade Center* de Nova York, ocorrido em 11 de setembro de 2001, e de outros conflitos armados. Isso é um erro crasso. Ao sustentar essa tese, subentende-se que a islamofobia é um fenômeno novo que se caracteriza por violências praticadas contra os muçulmanos e que nasce de fatos relacionados a supostos atos anticivilizatórios praticados pelos próprios muçulmanos, como atentados terroristas motivados por questões religiosas. No entanto, além de não ser uma construção recente, a islamofobia tem suas raízes em representações bíblicas e literárias ocidentais bem anteriores aos conflitos a que assistimos atualmente. O terrorismo é uma reação a um processo histórico marcado por segregação, intolerância, humilhações, insultos e apagamentos que acabaram sendo explorados pelos chamados “terroristas” (Sonn, 2011).

A rivalidade em relação ao Islã teve início em disputas religiosas ancestrais, que também tinham conexões com questões étnico-raciais, interesses territoriais, geopolíticos e econômicos. O período medieval concretizou ainda mais a imagem de árabes e muçulmanos como infiéis, construindo narrativas religiosas para invalidar e deslegitimar o Islã. Para Armstrong (2002, p. 298): “O fato é que o Islã e o Ocidente compartilham uma tradição comum. Os muçulmanos a

reconhecem desde o tempo do profeta Maomé, mas isso é algo que o Ocidente não consegue aceitar. Hoje, alguns muçulmanos começam a se voltar contra as culturas do povo do Livro, que os humilhou e desprezou”.

Sonn (2011, p. 242) enfatiza que “desde o início de sua história, o Islã vem sendo caracterizado como uma religião falsa, transmitida por um falso profeta”, e assevera que houve uma “longa herança de crenças populares cristãs extremamente depreciativas para com o Islã e seu profeta Maomé”. Líderes religiosos determinaram a proibição da discussão de tais assuntos, a exemplo do papa Clemente V, que segundo Armstrong (2002, p. 36), “declarou que a presença dos muçulmanos em solo europeu era um insulto a Deus”. Com base em versões religiosas deturpadas, diversos atos segregatórios foram perpetuados para solidificar o medo e a aversão aos muçulmanos.

Estava se tornando evidente que os cristãos ocidentais não seriam capazes de abrigar diferentes comunidades e ideologias religiosas dentro de seus limites com o mesmo sucesso que os muçulmanos e os bizantinos. [...] o único modo de o sistema conseguir lidar com esses estrangeiros era impor uma política oficial de *apartheid*, proibindo os cristãos de ter qualquer contato com seus vizinhos muçulmanos e judeus. Os cristãos estavam proibidos, sob pena de excomunhão e do consequente confisco de bens, de se empregarem em casas de judeus ou muçulmanos, de tomar conta de suas crianças, de negociar e mesmo de comer com eles. Em 1227 o papa Gregório IX adicionou à lei as seguintes cláusulas: muçulmanos e judeus devem usar roupas inconfundíveis; não devem aparecer em público durante as festividades cristãs nem realizar culto público em países cristãos; os muezins estão proibidos de ofender os ouvidos cristãos conclamando os muçulmanos à oração do modo tradicional (Armstrong, 2002, p. 35).

O antagonismo construído pelas próprias instituições religiosas e suas fontes doutrinárias repercutiu até hoje sobre esses grupos. Wheatcroft (2004, p. 87) ressalta que “o islamismo foi assimilado a exemplos existentes de mal e ruína no Antigo e Novo Testamento” e acrescenta que essa representação depreciativa não se restringiu somente ao âmbito religioso ou intelectual, mas foi disseminada de geração para geração de forma contínua. Por essas e outras razões, torna-se imprescindível promover um resgate do passado para que haja uma real compreensão das raízes da islamofobia e da arabofobia. Isso possibilita entender que representações e estereótipos ligados à imagem de violência não são fáceis de serem desconstruídos, sobretudo quando termos pejorativos, distorções, textos e imagens desqualificadoras foram empregados de múltiplas formas e nos mais diversos contextos ao longo de tempo, sendo transmitidos de geração a geração. Como afirma Rajabzadeh (2019, p. 6): “A violência nunca morre e não pode ser limitada pelo tempo, espaço ou gênero. Também nunca é fictícia. Quando a violência é falada, imaginada ou escrita, sua força imaterial assombra e opera eternamente como uma ameaça violenta, uma vida paralela violenta”.

Representações negativas sobre os muçulmanos, propagadas por séculos, foram elementos fundamentais que forneceram as condições objetivas para o surgimento da islamofobia, que nada mais é do que um fenômeno do racismo, que sustenta e perpetua significados negativos sobre o Islã e os muçulmanos, influenciando ações, atitudes e percepções sociais que os caracterizam como “outros” e que incitam práticas de exclusão, preconceito e discriminação (Allen, 2013). No entanto, isso não é – e nunca foi – um fenômeno novo, pois se trata de uma realidade histórica e religiosamente enraizada. Por isso não basta explicarmos a islamofobia atual sem nos atermos aos fatores mais profundos que contribuíram para o seu surgimento, desde interpretações histórico-teológicas que conduziram à formatação dessas imagens, juntamente com os termos pejorativos que foram atribuídos a esses grupos em diferentes momentos da história e que, nas últimas décadas foram substituídos por termos mais novos para perpetuarem a mensagem implícita de sempre: a violência. Essa, provavelmente, é uma das piores caracterizações que podem ser atribuídas a um grupo social,

pois, em um primeiro momento, isso desperta na população sentimentos tais como ódio, medo e intolerância, os quais, posteriormente, se convertem em atitudes, reações e comportamentos tais como repúdio, censura, rejeição e, é claro, a reprodução da própria violência. Aliás, não é à toa que o medo, um dos subprodutos mais marcantes dessas representações, é um dos elementos contidos na palavra “islamofobia”.

Por mais de um século, os árabes, que hoje representam um grupo de aproximadamente 265 milhões de pessoas em todo o mundo, foram e continuam sendo retratados em filmes hollywoodianos como anticristãos, sequestradores, estupradores, ladrões, terroristas, religiosos fanáticos, brutos, selvagens, opressores, abusadores de mulheres e milionários do petróleo (Shaheen, 2003). É interessante notar que algumas dessas características coincidem com aquelas que estavam presentes na era das Cruzadas e aquelas atribuídas à Ágar, Ismael e ao povo árabe nos tempos antigos.

Logo, as raízes da islamofobia e da arabofobia a que hoje assistimos podem ser vistas como uma continuidade da estereotipização centenária reproduzida ao longo de muitas gerações. Para desconstruir essas ideias cristalizadas é preciso alcançar todas os atores sociais que contribuíram para transmitir e fomentar esses conteúdos, incluindo as próprias instituições religiosas. O combate ao preconceito deve ser um ato conjunto. Para eliminar as representações islamofóbicas ou arabofóbicas da mídia, é preciso compreender as convicções ideológicas ocultas nos bastidores, que as utilizam como instrumento de manipulação da opinião pública, e nisso certamente se encontram muitas crenças religiosas. Para se combater a islamofobia e a arabofobia pela raiz, é preciso antes desvelar e expor essas raízes, entender como elas germinaram e porque elas se tornaram tão arraigadas. Corrigir pensamentos e atos segregatórios envolve planejar ações que busquem a inclusão, a igualdade e o respeito aos direitos de todos, independentemente de raça, etnia, gênero, religião ou qualquer outra característica que possa ser alvo de discriminação.

A tentativa de escrever uma nova história

O objetivo de questionar a autenticidade dos textos da tradição judaico-cristã não é de maneira alguma invalidar a sua existência ou questionar a autenticidade das religiões, nem de descredibilizar suas figuras proféticas ou seus ensinamentos, mas esclarecer os ocultamentos, acréscimos, alterações e distorções do texto que, além de gerar dúvidas, podem ter sido resultado de contextos que envolvem muito mais do que disputas religiosas (Kramer, 2022; Sherwood, 2014). Explicar as falhas textuais no texto bíblico, justificando-as somente como “erros” ou como perdas ocorridas em razão do tempo, não parece uma explicação plausível, uma vez que diversas fontes autênticas complementares, antigas ou recém-descobertas, podem ser incluídas para um estudo sério e imparcial da história das religiões. No entanto, a despeito da riqueza de algumas fontes, muitas ainda vão continuar sendo rejeitadas, sobretudo se elas se chocarem com as versões bíblicas tradicionais, sob o risco de desestabilizar a estrutura de um projeto pretensioso construído desde os tempos mais remotos, movidos por sentimentos aversivos antigos entre os povos, como ódio e ressentimento, como também por interesses geopolíticos e econômicos, que por diversas vezes ao longo da história se sobrepuseram às leis divinas e aos princípios religiosos.

Segundo o Antigo Testamento do Novo Comentário Bíblico São Jerônimo (Raymond; Joseph; Roland, 2007, p. 1112), as 12 tribos descendentes de Ismael, das quais se originou a nação árabe, pode ser identificada no texto bíblico como os “nômades das fronteiras da Palestina, desde o Sinai até a Síria”. Isso apenas confirma que os conflitos a que assistimos até os dias atuais, entre Israel

e a Palestina, entre judeus e muçulmanos, israelenses e árabes, nada mais são do que a herança propagada por essas histórias e da forma como foram construídas, contadas e disseminadas ao longo de gerações. Uma nova interpretação das escrituras talvez exija um esforço para superar disputas geopolíticas, bem como as ambições nas quais elas se apoiam. Kraye (2022, p. 86) defende que: “Chegou a hora de reconhecermos que a maneira tradicional de traduzir Gen 16.12 levou a séculos de estigmatização dos árabes, principalmente os árabes muçulmanos. Uma nova reflexão sobre esse versículo pode levar a traduções corrigidas e à eliminação intencional de qualquer justificativa sagrada para essa estigmatização”.

A história de Ágar, Sara e Abraão mudou o rumo da humanidade e das relações interreligiosas, ao serem apropriadas para construir e validar representações negativas sobre árabes e muçulmanos desde a sua raiz. Narrativas de cunho religioso foram utilizadas como instrumento para validar a suposta superioridade entre os povos, fomentando a segregação, a inimizade e a disputa entre irmãos, filhos de um mesmo pai, submetidos às ordens de um mesmo Deus e incumbidos de uma mesma missão: conduzir seus “povos-irmãos” para adorarem uma única divindade. Talvez seja esse o sentido mais abrangente do monoteísmo: sustentar uma crença na unicidade de Deus, que também possa incluir a unidade das relações humanas.

Conclusão

O Islã foi apagado da história das religiões abraâmicas possivelmente desde as suas raízes históricas, do mesmo modo que os muçulmanos e suas contribuições à Ciência foram invisibilizadas. Segregação, apropriação territorial, cultural, étnica e religiosa são resultado da construção e consolidação de um projeto ambicioso de povos que se autointitularam como os “escolhidos por Deus”, acreditando que isso supostamente lhes garantiria uma “legitimidade” e “superioridade” sobre outros povos. Diversos silenciamentos, distorções e apropriações ocorreram ao longo das épocas, tanto no que se refere à raça quanto à religião. O próprio termo “semita”, que originalmente era atribuído a povos oriundos do Oriente Médio, em função de um processo de apropriação histórica, desviou tal nomenclatura direcionando-a exclusivamente a um único povo, em uma tentativa de apagar a própria ancestralidade étnica dos árabes que legitima seu pertencimento a essa categoria. A marca de “vilões” atribuída a árabes e muçulmanos, ao contrário da representação do “bom” e “correto” atrelada às nações ocidentais e às tradições judaico-cristãs, reproduz um cenário construído desde os tempos imemoriais.

É um tanto ingênuo e simplório pensar que a islamofobia e os estereótipos difundidos sobre árabes e muçulmanos surgiram como resultado do terrorismo, dos conflitos no Oriente Médio, dos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos ou até mesmo das Cruzadas. Apoiar-se nessas premissas revela um total desconhecimento sobre o assunto e sua real dimensão. Explicar as raízes da islamofobia somente com base em acontecimentos de algumas décadas atrás equivale a enxergar apenas a ponta do iceberg, baseando-se em uma abordagem incompleta e superficial a respeito de um problema que se arrasta há séculos. A arabofobia e a islamofobia são resultados de um longo processo histórico que se desenrolou em momentos e contextos diversos, porém com representações similares que reiteradamente reduzem os árabes a uma raça violenta e incivilizada, e os muçulmanos a adeptos de uma religião retrógrada e opressiva. As ambiguidades presentes nas narrativas bíblicas, somadas aos erros de interpretação, às falhas na tradução, às perdas das versões originais, às inúmeras variantes, ampliações e reduções introduzidas pelo grande número de copistas, redatores, tradutores e exegetas envolvidos na compilação das escrituras, tornam ainda mais provável a hipótese de os textos terem sido adulterados.

A violência está presente na história de todos os povos e não somente de um grupo seletivo. Toda comunidade possui integrantes com condutas boas e ruins, porém, quando os holofotes se concentram somente em uma dessas facetas, várias alegações e suspeitas passam a ser levantadas. Não se trata de defender cega e indiscriminadamente todos aqueles que fazem parte desse grupo. No entanto, é preciso compreender que, por trás de toda violência, podem existir cicatrizes latentes de feridas profundas. Olhar, reconhecer e representar esse grupo racial e religioso como “o outro” é uma construção que se disseminou e se solidificou não somente no imaginário ocidental, como também nos próprios alvos, uma vez que isso acaba sendo internalizado por todos. Se por um lado a rivalidade construída ao longo dos séculos é complexa, ela também não é difícil de ser compreendida. Se esses grupos são vistos como “os outros” pelo Ocidente, a reação natural é que o Ocidente também seja visto como “o outro” por esses grupos, ou seja, como um povo hostil, estranho, não receptivo às diferenças e contrário aos seus costumes, hábitos, ideias e à sua identidade étnica, religiosa e cultural.

Assim, à medida que esse “o outro” é visto na perspectiva ocidental, ele também passa a ser sentido e percebido como tal por muitos árabes e muçulmanos. Diante disso, surgem as mesmas reações de um típico processo de defesa do tipo “luta ou fuga”. Ou seja, a percepção de imagens e representações negativas de sua religião e de seu povo, bem como de insultos, chacotas, censuras e preconceitos atrelados às suas identidades configura-se, para essa população, como uma ameaça à sua liberdade de ir e vir, de ser e existir. Isso por sua vez gera uma sensação de estranhamento, acompanhada por desconforto e constrangimento, insegurança e exclusão, que culminam em algum tipo de “luta”, nas suas mais diversas formas, ou então de “fuga”, por meio de um isolamento social que funciona como um escudo a partir do qual os povos estigmatizados tentam se proteger e evitar o contato diário com situações dolorosas de intolerância, exclusão, segregação e violência.

Referências

- Alcorão Sagrado. *Os significados dos versículos do Alcorão Sagrado com comentários*. Tradução de Samir El Hayek. 16. ed. São Paulo: Marsan Editora Jornalística, 2019.
- Allen, C. *Islamophobia*. Farnham: Ashgate Publishing, 2013.
- Aminuddin, M. *Mohammad: o mensageiro de Deus*. São Bernardo do Campo: Centro de Divulgação do Islã para a América Latina, 1989.
- Armstrong, K. *Maomé: uma biografia do profeta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Beckett, K. S. *Anglo-Saxon perceptions of the Islamic world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Bíblia Sagrada: Nova Versão Internacional. *Bíblia Online*. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- Bíblia Tradução Ecumênica. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.
- Bucaille, M. *A Bíblia, o Alcorão e a Ciência*. São Bernardo do Campo: Ed. Makkah, 2012.
- Crotty, R. Hagar/Hajar, Muslim Women and Islam: Reflections on the Historical and Theological Ramifications of the Story of Ishmael's Mother. In: Lovat, T. (ed.). *Women in Islam.*, Dordrecht: Springer, 2012. p. 165-184. Doi: https://doi.org/10.1007/978-94-007-4219-2_12.
- Davis, H. G. Literatura bíblica. In: *Enciclopédia Britânica*, 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/biblical-literature>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- Green, S. A. R. Authenticity of the Quran. *Islamic Knowledge Bank*, 1994. Disponível em: <https://uwkeuze.net/wp-content/uploads/2014/11/Authenticity-of-the-Quran-Abdul-Raheem-Green.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

- Gurry, P. The Number of Variants in the Greek New Testament: A Proposed Estimate. *New Testament Studies*, v. 62, n. 1, p. 97-121, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0028688515000314>.
- Har-El, S. Y. *Where Islam and Judaism Join Together: A Perspective on Reconciliation*. New York: Palgrave MacMillan, 2014.
- Historical Quranic Manuscripts. In: *Madain Project: Encyclopedia of Abrahamic History & Archaeology*. [s. l.]: Madain Project, c2022. Disponível em: https://madainproject.com/historical_quranic_manuscripts#codex-parisino-petropolitanus. Acesso em: 13 jun. 2023.
- Khan, S. *Prophet Muhammad's alleged authorship of the Quran*. [s. l.]: IslamitCity, 2014. Disponível em: <https://www.islamicity.org/5798/analyzing-the-motives-for-prophet-muhammad-pbuh-s-alleged-authorship-of-the-quran/>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- Krayer, P. God's Promise to Hagar in Genesis 16: Rethinking a Problematic Text. *The Bible Translator*, v. 73, n. 1, p. 73-88, 2022. Doi: <https://doi.org/10.1177/20516770211066937>.
- Martin, M. Slave Bible from the 1800s Omitted Key Passages That Could Incite Rebellion. *National Public Radio*, [s. l.], 9 dez. 2018. Religião. Disponível em: <https://www.npr.org/2018/12/09/674995075/slave-bible-from-the-1800s-omitted-key-passages-that-could-ignite-rebellion>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- Rajabzadeh, S. The Depoliticized Saracen and Muslim Erasure. *Literature Compass*, v. 16, n. 9-10, p. 1-8, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1111/lic3.12548>.
- Raymond, E. B.; Joseph, A. F.; Roland, E. M. *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Antigo Testamento*. Tradução: Celso Eronides Fernandes. São Paulo: Paulus, 2007.
- Shaheen, J. G. Reel Bad Arabs: How Hollywood Vilifies a People. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 588, p. 171-193, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1049860>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- Sherwood, Y. Hagar and Ishmael: The Reception of Expulsion. *Interpretation*, v. 68, n. 3, p. 286-304, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1177/0020964314535544>.
- Sonn, T. *Uma breve história do Islã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- Wheatcroft, A. *Infêis: o conflito entre a cristandade e o islã (632-2002)*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- Yusuf, J. B. From Hebrew 'slave' to Arabian 'sage': Linking the Jewish and Muslim narratives in the story of Hagar, the African in Pre-Islamic Arab History. *Repository of the University of Cape Coast*, 2017. Disponível em: <https://ir.ucc.edu.gh/xmlui/handle/123456789/7014>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Colaboradores

Conceituação: S. OMAIS. Metodologia: S. OMAIS e M. A. SANTOS. Escrita – rascunho original: S. OMAIS. Escrita – revisão e edição: S. OMAIS e M. A. SANTOS.